

NUTRIÇÃO E AGRICULTURA URBANA NAS CIDADES DA ÁFRICA SUBSARIANA

*Diana Lee-Smith e Davinder Lamba*¹

INTRODUÇÃO: A FOME NAS CIDADES AFRICANAS

O direito à alimentação adequada e à nutrição tem de ser garantido aos residentes das cidades africanas, onde muitos vivem em assentamentos informais e não conseguem comprar comida. Os alimentos são caros e as oportunidades de emprego escassas. De acordo com um estudo realizado em onze cidades na África Austral pela Rede Urbana de Segurança Alimentar Africana (African Food Security Urban Network – AFSUN)², mais de três quartos das populações urbanas com baixos rendimentos sofrem de insegurança alimentar. No Quênia, as pessoas que vivem em bairros de lata urbanos foram identificadas como estando entre os grupos mais malnutridos³.

Alguns residentes comem apenas uma refeição por dia e as probabilidades de comerem proteínas são muito baixas, uma vez que o custo da carne, do peixe ou até mesmo dos ovos e do leite é proibitivo. Relativamente à diversidade dietética, o estudo da AFSUN revela ainda que 96% dos alimentos ingeridos pelas populações urbanas que vivem na pobreza na África Austral são à base de amidos. Aqueles que vivem em insegurança alimentar (a maioria) só têm acesso a cinco dos doze grupos de alimentos avaliados, dois dos quais são o açúcar e as bebidas⁴. Esta situação causa obesidade e problemas de saúde, incluindo vulnerabilidade às doenças não transmissíveis (DNTs), como a diabetes.

A CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA URBANA PARA A NUTRIÇÃO

Estima-se que cerca de 40% dos agregados familiares de África praticam alguma forma de agricultura urbana. A maior parte produz para complementar a sua dieta e poupar nas despesas com a alimentação, mas muitos, especialmente os pastores urbanos, também vendem parte da sua produção, como leite e ovos, o que fornece uma segunda fonte de rendimento⁵.

A agricultura urbana contribui significativamente para a saúde e a nutrição ao fornecer produtos frescos às famílias de menores rendimentos. Em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, as hortas urbanas garantem cerca de 90% dos vegetais folhosos da cidade e mais de 60% do leite. Em Yaoundé, nos Camarões, uma variedade de vegetais folhosos tradicionais fornece 8% da proteína e 40% do cálcio consumido na cidade. Análises estatísticas demonstraram que as crianças de agregados familiares urbanos que consomem alimentos de origem animal são mais saudáveis, o que indica que a criação de animais nas áreas urbanas beneficia a saúde e a nutrição⁶.

- 1 [Diana Lee-Smith](#) é associada e [Davinder Lamba](#) é o diretor executivo do Instituto Mazingira, uma organização da sociedade civil dedicada à ação e ao conhecimento, sediada no Quênia. Davinder Lamba representa o Círculo de Pobreza Urbana no Mecanismo da Sociedade Civil no âmbito do Comité para a Segurança Alimentar Mundial. Para mais informações, ver www.mazingira.org. Um agradecimento especial a Emily Mattheisen (da Habitat International Coalition, HIC) e a Sibonile Khoza (jurista independente do Supremo Tribunal da África do Sul) pelo seu apoio na revisão deste artigo. Este artigo foi originalmente escrito em inglês.
- 2 Frayne, B. *et al.* (2010). The State of Urban Food Insecurity in Southern Africa [O estado da insegurança alimentar urbana na África Austral]. *Urban Food Security* 2, 1-56. Disponível em www.afsun.org/wp-content/uploads/2013/09/AFSUN_2.pdf.
- 3 African Population and Health Research Centre. (2012). "Urban Health in Kenya Key Findings: The 2000 Nairobi Cross-Sectional Slum Survey." ["Principais conclusões sobre Saúde Urbana no Quênia: Inquérito transversal aos bairros de lata de Nairobi 2000"]. Nairobi: APHRC.
- 4 Ver nota n.º 2. Os países incluídos no estudo foram: Botsuana, Lesoto, Malaui, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabué.

Entre os agricultores urbanos predominam as mulheres, especialmente na África Austral e Oriental. As tarefas agrícolas estão divididas por gênero, estando as mulheres, por vezes, excluídas da posse e controlo de grandes rebanhos. As mulheres na África Subsariana estão também em desvantagem, relativamente aos homens, no que respeita ao acesso à terra, o que também afeta a sua posição na agricultura urbana. Como consequência de as mulheres terem menos direitos à terra, os agregados familiares liderados por mulheres predominam entre as populações urbanas que vivem na pobreza e que têm menos acesso a espaços para se dedicarem à agricultura urbana.

PLANEAR AS CIDADES PARA O DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E À NUTRIÇÃO

Em algumas cidades de dimensão média da Tanzânia, aproximadamente 90% dos agregados familiares têm pequenas hortas urbanas, o que acontece em muito menor grau nas grandes cidades, especialmente entre os agregados de baixos rendimentos, com apenas cerca de 5-10%. Em Nairobi, a capital do Quênia, cerca de 20% dos agregados têm hortas na cidade, enquanto 7% fazem criação de animais. Isto representa cerca de 200.000 agregados, com milhares de cabeças de gado, ovelhas e cabras contadas no Censo de 2009⁷.

Embora possa parecer surpreendente, não são sempre as pessoas mais desfavorecidas que praticam a agricultura urbana. Os agregados de rendimentos médios e superiores também o fazem – e até têm maior facilidade pois dispõem de espaço nos próprios quintais. Pelo contrário, para aqueles afetados pela pobreza, que vivem em bairros de lata ou em assentamentos informais lotados e sem serviços de abastecimento, é difícil encontrar espaços para cultivar, pelo que, habitualmente, plantam os seus produtos em espaços abertos que são menos seguros. Devido à falta de planeamento para a agricultura urbana, as pessoas que vivem na pobreza perdem constantemente o acesso ao local onde plantam os seus produtos ou mantêm os animais; por essa razão, o seu direito à alimentação adequada e à nutrição está continuamente ameaçado por conta das mudanças de local e da concorrência na utilização da terra. Os bairros de lata com elevada densidade demográfica e sem espaços abertos são o equivalente, nas áreas urbanas africanas, aos “desertos alimentares”.

O planeamento urbano dos espaços abertos para que os agregados familiares de baixos rendimentos, especialmente os liderados por mulheres, possam plantar e manter animais deve ser uma prioridade para a realização do Direito à Alimentação. No entanto, até recentemente, poucos governos nacionais ou locais apoiaram ativamente a agricultura urbana através de programas e de políticas públicas. Muitas vezes as autoridades fecham os olhos para o que é considerado uma prática rural residual. No entanto, em tempos de catástrofes ou de guerra civil (por exemplo, no Uganda, em Moçambique, na Libéria ou na Serra Leoa), a agricultura urbana tem sido mais ativamente encorajada como estratégia de sobrevivência.

Mas a situação está a mudar. Apesar de nenhum país em África ter alcançado o patamar da abordagem pioneira do Brasil do “Direito à Alimentação: Fome Zero”, que inclui acesso à terra para a agricultura urbana, algumas cidades – nomeadamente Kampala (Uganda), Cidade do Cabo (África do Sul), Adis Abeba (Etiópia) e Nairobi (Quênia) – possuem departamentos ou órgãos administrativos específicos para a agricultura ou a alimentação. A cidade de Kampala, por exemplo, que após a descentralização de 1990 criou um departamento agrícola, emitiu regulamentos sobre agricultura urbana e criação de gado em 2006. Nairobi constituiu uma Direção da Agricultura, Pecuária e Pesca em 2013 e está atualmente no processo de aprovação de legislação aplicável.

- 5 Lee-Smith, D., et al. (2016, no prelo). “Urban and Peri-Urban Farming Systems (UPUFS): feeding cities and enhancing resilience” [“Sistemas agrários urbanos e periurbanos (UPUFS): abastecer as cidades e reforçar a resiliência”]. In Dixon, J. et al. (eds.). *Farming Systems and Food Security in Sub-Saharan Africa: Priorities for Science and Policy under Global Change* [Sistemas agrários e segurança alimentar na África subsariana: Prioridades para a ciência e a política sob mudança global]. Londres: Earthscan.
- 6 Cole, D., Lee-Smith, D. Nasinyama, G. (eds.). (2008). *Healthy City Harvests: Generating Evidence to Guide Policy on Urban Agriculture* [Culturas urbanas saudáveis: Gerar evidências para orientar as políticas em matéria de agricultura urbana]. Kampala/Lima: Makerere University Press and International potato Center/Urban Harvest. Ver também nota n.º 5.
- 7 Lee-Smith, Diana. (2013). “Which way for UPA in Africa?” [“Qual o caminho para a AUP em África?”] in *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 17, 69-84. Ver também n.º nota 5.

A situação em Nairobi é apoiada por uma organização da sociedade civil bastante ativa, o Fórum de Segurança Alimentar, Agricultura e Pecuária de Nairobi e Arredores (Nairobi and Environs Food Security, Agriculture and Livestock Forum – NEFSALF). Com sede no Instituto Mazingira, uma organização independente de pesquisa e desenvolvimento, o NEFSALF tem vindo, ao longo da última década, a formar homens e mulheres agricultores e agricultoras, inclusivamente sobre o direito à alimentação, em colaboração com os formadores extensionistas estatais. Os agricultores e agricultoras que pertencem ao Fórum também formaram uma rede com mais de um milhar de membros⁸.

CONCLUSÃO

Apesar de alguns progressos, nenhuma das administrações das cidades africanas adotou ainda uma abordagem em matéria de direito à alimentação. Ao invés, os sistemas de apoio à agricultura pretendem desenvolver planos de sistemas alimentares e cadeias de valor que melhorem os níveis de produção a nível nacional. Nas cidades africanas, ainda está longe a articulação e o alinhamento das políticas agrícolas urbanas com as necessidades nutricionais das famílias urbanas que vivem na pobreza, nas quais se incluem os agregados familiares liderados por mulheres.

Atualmente é comum depararmo-nos, nos meios de comunicação social, com o pressuposto que a malnutrição urbana e a obesidade são resultado de rendimentos mais elevados nas áreas urbanas, de más escolhas dietéticas e de estilos de vida em mudança. No entanto, os dados existentes tornam evidente que aquelas situações são principalmente causadas pela pobreza urbana e pela falta de acesso e disponibilidade de alimentos de qualidade e em quantidade. À medida que as áreas urbanas crescem, a pobreza urbana e a subnutrição tornam-se questões cada vez mais críticas para a obtenção do direito à alimentação.

Além do apoio para que os pequenos produtores rurais de alimentos possam alcançar os mercados urbanos – em termos que sejam benéficos para eles e para os consumidores urbanos que vivem na pobreza – o que é necessário são políticas que reconheçam e apoiem o acesso à terra para a agricultura e pecuária nas cidades africanas, e que seja dada prioridade às pessoas que vivem na pobreza e aos agregados familiares liderados por mulheres. São também necessárias instituições capazes de planear sistemas alimentares urbanos para ajudar a alcançar o direito à alimentação adequada e à nutrição.

8 Mazingira Institute. (2014). *Nairobi and Environs Food Security, Agriculture and Livestock Forum (NEFSALF) Bulletin [Boletim do Fórum de Segurança Alimentar, Agricultura e Pecuária de Nairobi e Arredores]*, vol. 21. Nairobi: Mazingira Institute.